

## GEOSSÍMBOLOS E IMPACTOS AMBIENTAIS: O USO RELIGIOSO NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, RIO DE JANEIRO, BRASIL

BRENO DA SILVA RAMOS RODRIGUES<sup>1</sup>

THAÍS SALATIEL DE AZEVEDO<sup>2</sup>

EDGAR JOSÉ SILVA MARTINS<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2022.v10n15p12>

### RESUMO

As Unidades de Conservação (UC) foram criadas com o objetivo de preservar o ambiente natural, havendo possibilidade de uso público. O uso religioso vem sendo intensificado em UC, devido à presença de geossímbolos, ou seja, locais que assumem dimensão simbólica através da prática cultural ou religiosa. Assim, este artigo, tem como tema o uso religioso de UC. Este tipo de uso gera conflitos entre grupos religiosos e a gestão da UC. Por isso, objetivou-se relatar o uso religioso no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e, a partir dos relatos, que se constituem como material empírico, analisar os dados e apresentar uma discussão, a fim de fornecer subsídios teóricos e práticos para o uso consciente desses espaços. Este trabalho trata de uma pesquisa documental, que consistiu na análise dos relatórios de visitação do parque, além de um levantamento bibliográfico no Google Acadêmico e Science. Constatou-se intensificação do uso religioso no parque e a importância desses espaços para grupos religiosos; sugere-se, à gestão do parque, a criação de um espaço destinado a esse público, a fim de mitigar os conflitos existentes.

**Palavras-Chave:** Unidades de Conservação; Uso Público Religioso; Impactos Ambientais.

## GEOSYMBOLS AND ENVIRONMENTAL IMPACTS: RELIGIOUS USE OF THE NATURAL MUNICIPAL PARK OF NOVA IGUAÇU, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

### ABSTRACT

The protected areas (PA) were created with the objective of preserving the natural environment, although there is, according to the legislation, the possibility of destining them also to a public use. In recent years, the use of PA for religious purposes has intensified due to the presence of areas considered as geosymbols, that is, places that, through cultural or religious practice, gain a symbolic connotation. This article discusses the religious use of PA and the conflicts between religious groups in the presence of actions aimed at PA management. Conducted in the *Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu* (PNMNI), this study is based on the empirical reports of participants in the field research, whose data, once analyzed and discussed, aim to provide theoretical and practical subsidies for the conscious use of the PA. The research carried out in documents consisted of the analysis of the park visitation reports, which was preceded by a bibliographic exploration of the theme on digital platforms such as Google Scholar and Science. Among the findings, it is an intensification of the religious use of the PNMNI and the growing importance of these areas for religious groups. The results of the study suggest to the PA managers the creation of an area with this purpose, in order to mitigate existing conflicts.

**Keywords:** Protected Areas; Religious Public Use, Environmental impacts.

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Iguaçu – RJ (UNIG); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEAS/FFP/UERJ). E-mail: [rodrigues.bsr.pesquisas@gmail.com](mailto:rodrigues.bsr.pesquisas@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Iguaçu – RJ (UNIG); Especialização em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná; Especialização em botânica pela Faculdade Metropolitana de São Paulo; Pós-graduanda em Divulgação e Popularização da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEAS/FFP/UERJ). E-mail: [thais.salatiel@gmail.com](mailto:thais.salatiel@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Iguaçu – RJ (UNIG); Especialização em Gestão Pública pela Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU). E-mail: [edgarboga01@gmail.com](mailto:edgarboga01@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Unidade de Conservação (UC) é um termo instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei nº 9.985, 18/07/2000). As UC foram criadas com o objetivo de conservar o patrimônio ambiental natural em seus limites definidos, como os habitats e ecossistemas do território nacional, havendo a possibilidade de diferentes formas de uso público. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2005), nas UC de proteção integral, o uso público está diretamente ligado ao processo de visitação, com a possibilidade de realização de atividades educativas, de lazer, recreativas, esportivas, científicas e de interpretação ambiental. Entretanto, atualmente é perceptível o crescente uso religioso nas UC, foco principal deste trabalho.

Nesse sentido, torna-se importante salientar que a criação de UC não garante a conservação do patrimônio, mas sim uma boa gestão. Segundo Vallejo (2013), cabe à gestão da UC o controle territorial associado a um plano de manejo contendo as seguintes informações: as características da área (naturais, biológicas e socioeconômicas), atrativos, possibilidades e restrições de uso, infraestrutura administrativa e operacional, planos de fiscalização e monitoramento, orientação e segurança do visitante, gestão financeira e parcerias.

Sendo assim, embora reconhecendo a grande diversidade de religiões no Estado do Rio de Janeiro, este artigo tem como objetivo relatar o uso religioso no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) e, a partir dos relatos, que se constituem como material empírico deste trabalho, analisar os dados e apresentar a discussão fundamentada nas contribuições de Ferreira *et al.* (2021), Malta (2016) e Corrêa *et al.* (2013), a fim de fornecer subsídios teóricos e práticos para o uso consciente desses espaços. Ademais, buscou-se evidenciar as implicações desse uso e fornecer possíveis sugestões para a redução de conflitos. Vale ressaltar que esse grupo religioso é citado utilizando a natureza como espacialidade litúrgica (SANTOS; MATIOLLI, 2011; PACHECO *et al.*, 2020; MACIEL; GONÇALVES, 2016; BONIOLO, 2018; MALTA, 2016).

Além disso, este artigo parte de uma pesquisa documental que consistiu na análise dos relatórios de fiscalização do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Através da leitura desses documentos, foram coletados relatos de casos, constituídos por fotografias realizadas pela equipe da UC, no que diz respeito ao uso religioso, inclusive em zonas onde visitas não são permitidas. Os relatos serão descritos e discutidos ao longo do artigo.

Nesse processo de coleta de informações e análise documental, a proposta se estabeleceu a partir da discussão da questão apresentada como problemática, a fim de evidenciar a possibilidade de um uso religioso consciente. Para mais, foi feito um levantamento bibliográfico, tendo como questão central o uso do ambiente natural para atividades religiosas.

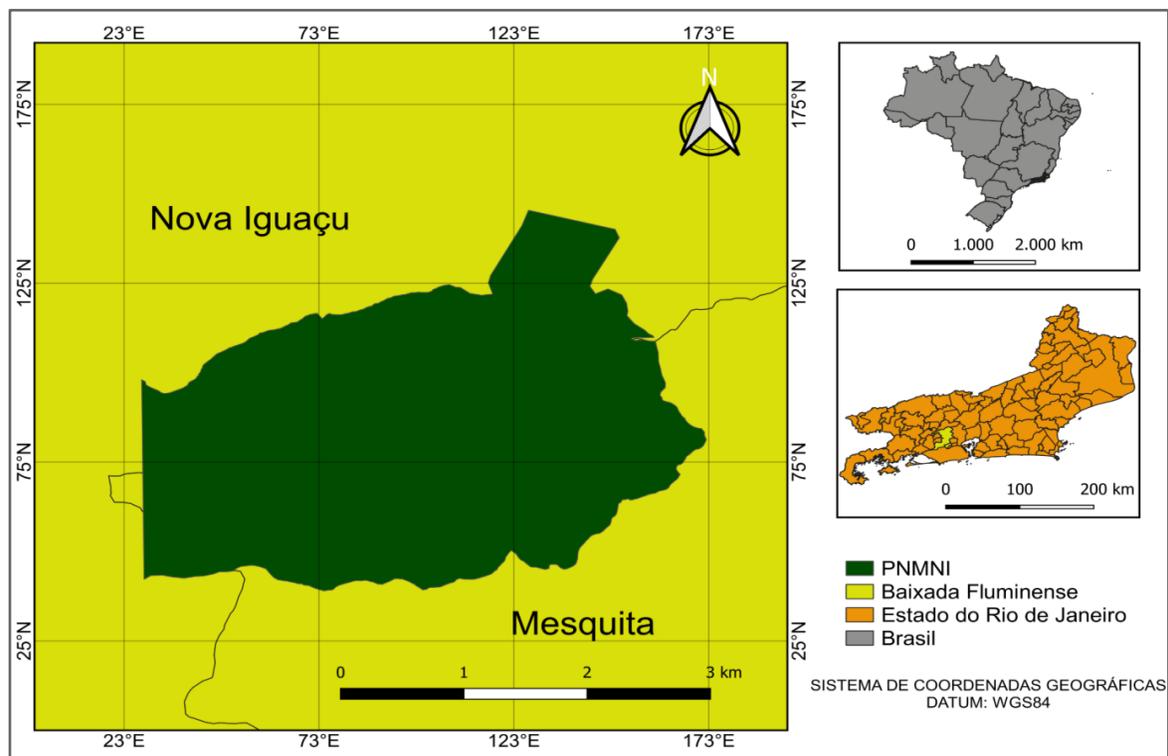
Portanto, o trabalho será dividido da seguinte maneira: na primeira parte aborda-se a busca pelos geossímbolos religiosos por grupos evangélicos através de um levantamento bibliográfico nas bases de busca Google Acadêmico e *Science*; na segunda parte, relatos de caso do uso religioso no PNMNI; na terceira parte, como considerações finais, serão apresentadas possibilidades para um uso religioso consciente.

## ÁREA DE ESTUDO

O PNMNI localiza-se entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, no maciço Gericinó-Mendanha, conhecido também como Serra do Mendanha (23 k 658435.253 E / 7480111.968 N, UTM, WGS 84) (Figura 1). O parque faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Gericinó-Mendanha e é considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, desde 1997. Ocupa uma área total de 1.100 hectares e sua altitude varia de 150 e 956 metros no marco sudoeste, próximo ao Pico do Gericinó (HABTEC, 2000). Faz limites com o Parque Estadual do Mendanha (CASTRO, 2015).

Existem dois acessos oficiais ao PNMNI: por Nova Iguaçu, no bairro Caonze, passando pelas ruas Benjamim Chambarelli, Capitão Edmundo Soares e Juvenal Valadares até chegar à Estrada da Cachoeira, onde fica sua portaria. O outro acesso é por Mesquita, no bairro Coréia. Em uma distância de 3 km a partir do bairro citado, encontra-se outro portão do Parque, ambos os acessos possuem supervisão (MELLO, 2008; MOTA, 2013). Contudo, existem outros acessos que não possuem portaria, como o da rua Miguel Teixeira Carvalho, no Bairro Dom Rodrigo, que são utilizados por alguns visitantes e caçadores.

**Figura 1** – Localização do PNMNI.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## USO PÚBLICO: A BUSCA PELOS GEOSÍMBOLOS RELIGIOSOS

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2005), o uso público está relacionado ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar através de atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental. Nesse sentido, as UC não se apresentam exclusivamente como espaço de conservação da biodiversidade, mas também como um espaço cultural, sendo assim, o uso público pode se manifestar de diversas formas, como é o caso do uso religioso. Vale ressaltar que se o uso público não for bem gerenciado pode entrar em conflito com a conservação da biodiversidade e, no que tange ao uso religioso, essa é uma questão a ser repensada.

O uso religioso é manifestado em UC devido a determinados elementos da natureza que podem ser considerados como lugares dotados de características excepcionais, que em muitos casos são consagrados como símbolos religiosos (THORLEY; GUNN, 2007). Em geral, os geossímbolos são reconhecidos como lugares que abrigam grande energia ou força especial para uma dada cultura ou religiosidade (WILD; MCLEOD, 2008). São interpretados como locais de morada de divindades e de espíritos ancestrais, fonte de recursos especiais como águas sagradas e plantas medicinais (THORLEY; GUNN, 2007).

De acordo com Malta (2016), os evangélicos, na busca pelo poder e santificação, consagram no monte sacrifícios e abdições como: internet, roupa, televisão, comida, água, etc. Nesse sentido, o referido público religioso busca áreas isoladas na mata, a fim de realizar os ritos específicos, na busca por intimidade e pelo 'Espírito Santo'. Nesses locais, a água é utilizada para o batismo de profissão e confissão de fé pública, a terra para enterrar

o azeite ungido, o fogo para a queima dos pedidos de oração, fervorosas orações e entrega de propósitos, sacrifícios e atos proféticos, objetivando o batismo com ‘Espírito Santo’.

Além disso, Malta (2016) relata que a paisagem religiosa do monte comporta lugares sagrados como os arraiais, furnas e rochas, que servem como abrigo durante a vigília, podendo durar semanas. Sendo assim, percebe-se a relação do uso sagrado com elementos do ambiente natural, como a paisagem de monte, água, terra, rochas e árvores. Esses geossímbolos são buscados por grupos evangélicos no PNMNI, tendo em vista que o parque apresenta potencialidades significativas de uso religioso, consequentemente, a gestão do parque tem intensificado a rotina de fiscalização, tendo em vista que, de acordo com os relatórios de fiscalização, as ocorrências de grupos evangélicos no interior da mata em zonas não permitidas à visitação pública tem superado a de caça predatória.

## **EVANGÉLICOS NO ESPAÇO PÚBLICO**

Segundo Mariano (1996), no Brasil existem três grandes movimentos evangélicos pentecostais: o pentecostalismo clássico (1910-1950); o pentecostalismo neoclássico ou pentecostalismo (anos 1950); e o neopentecostalismo (anos 1970). As igrejas pentecostais caracterizam-se pela busca dos dons espirituais, sendo assim, há um apelo significativo dos fiéis a Deus pela manifestação dos dons, tendo como ênfase as línguas estranhas (glossolalia) ou batismo com o Espírito Santo (SANTOS; MATIOLLI, 2011).

Além disso, de acordo com Vingren (2017) a oração é uma das principais marcas do pentecostalismo, logo, as vigílias tornam-se comuns e rotineiras nesse segmento religioso. Para a melhor compreensão dessas práticas é importante compreender que as vigílias são reuniões de oração com cânticos, danças, profecias e revelações. Diversas denominações pentecostais compreendem a natureza como um espaço privilegiado para a realização das vigílias, que passam a se chamar ‘oração do monte’.

Ademais, os pentecostais também utilizam de justificativas bíblicas para fazer essas orações, porque Jesus ia ao monte para orar livremente (BÍBLIA SAGRADA, MT 14:23), já que para ele seria impossível em casa devido ao assédio constante do povo. Entretanto, segundo Santos e Matioli (2011), essa justificativa é criticada por outros grupos religiosos, já que as passagens bíblicas são interpretadas de modo literal, logo, afirmam que essas práticas são puro misticismo e não levam em conta a fé racional. Além disso, o próprio Jesus afirma: “Mas tu quando orares, entra no teu aposento e, fechando tua porta, ora a teu Pai que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará.” (BÍBLIA SAGRADA, MT 6:6).

Tendo também como ênfase, neste trabalho, as práticas religiosas pentecostais, argumentamos que as referidas práticas produzem ações ambientais impactantes. Pacheco *et al.* (2020) registram em seu artigo essas ações; segundo os autores, por conta de as orações estarem se tornando cada vez mais frequentes em UC, existe um aumento de pisoteamento da vegetação, abertura de clareiras e descarte de resíduos sólidos.

## **RELATOS DE CASO**

Os relatos abaixo refletem como o uso religioso se manifesta no PNMNI. As figuras e os relatórios de fiscalização apontam que em locais que foram utilizados com o intuito religioso existe um padrão de atividades como: abertura de clareiras, acampamentos irregulares, áreas para queima de pedidos de oração e, por vezes, descarte de resíduos sólidos. Todos os casos relatados são na Zona de Uso Intangível do PNMNI, ou seja, zonas em que não se toleram alterações humanas.

### **Relato 1**

Segundo o relatório 0001/2021 de fiscalização do PNMNI do dia 06 de maio de 2021, foi registrado na Zona de Uso Intangível do Parque (Latitude 22°47'57.41``S. Longitude 43°28'21.46``O) o uso religioso. Foram observados acampamentos irregulares para vigílias

(Figura 2), área para queima de pedidos de oração (Figura 3), marcações em árvores para sinalizar o caminho do ‘monte de oração’ (Figura 4), resíduos sólidos (Figura 5), abertura de clareiras, poluição de nascente e introdução de espécies exóticas.

**Figura 02** – Acampamento irregular.



Fonte: Os autores (2022).

**Figura 3** – Área de queima.



Fonte: Os autores (2022).

**Figura 4** – Sinalização.



Fonte: Os autores (2022).

**Figura 5** – Descarte de resíduos.



Fonte: Os autores (2022).

No mesmo dia dos registros fotográficos, a equipe de fiscalização advertiu e orientou os infratores, buscando erradicar e reprimir a ocupação irregular e supressão vegetal na Zona de Uso Intangível do parque. Dessa forma, buscou-se coibir a circulação pelo local para evitar os impactos subsequentes, com a necessária intensificação da atividade de fiscalização nessa área.

## Relato 2

De acordo com o relatório 0003/2021 de fiscalização do PNMNI do dia 31 de julho de 2021, foi registrado o uso religioso na Zona de Uso Intangível do Parque (Latitude 22°47'57.``S. Longitude 43°28'21.46``O). Foram registrados acampamentos irregulares, área de queima para pedido de oração (Figura 6), descarte de resíduos sólidos (Figura 7) e abertura de clareiras.

**Figura 6** – Área para queima.



Fonte: Os autores (2022).

**Figura 7** – Descarte de resíduos.



Fonte: Os autores (2022).

No mesmo dia a equipe de fiscalização do Parque desmontou o acampamento, fez a coleta de resíduos sólidos, advertiu e orientou os infratores.

### **Relato 3**

Conforme o relatório 0004/2021 de fiscalização do PNMNI do dia 12 de novembro de 2021, foi registrado o uso religioso na Zona de Uso Intangível do Parque (Latitude 22°47'57.``S. Longitude 43°28'21.46``O). No local, foi constatada uma área para queima de pedidos de oração, acampamentos irregulares (Figura 8), descarte de resíduos sólidos e abertura de clareiras (Figura 9).

**Figura 8** – Acampamentos irregulares.



Fonte: Os autores (2022)

**Figura 9** – Abertura de clareiras.



Fonte: Os autores (2022).

As figuras refletem como o uso religioso se manifesta no PNMNI. Tais imagens mostram que – em locais utilizados com o intuito religioso – existe uma abertura de clareira, com acampamentos irregulares, áreas para queima de pedidos de oração e, muitas vezes, descarte de resíduos sólidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos relatórios de fiscalização, percebe-se a intensificação do uso religioso em diversas áreas do parque, principalmente na Zona de Uso Intangível que, segundo a HABTEC (2000), é aquela onde a natureza permanece intacta, livre das alterações humanas, servindo como matriz genética para repovoamento de outras zonas, garantindo assim a proteção integral dos ecossistemas. As atividades religiosas nesta zona podem acarretar perda de material genético, poluição das nascentes, poluição do solo e poluição do ar resultando na perda de biodiversidade.

De acordo com Mandarino (2013), a Constituição Federal de 1988 garante, no artigo 19, as liberdades de crença, de culto e de organização religiosa, bem como de proteção aos locais de culto, na lógica do Estado laico e da neutralidade governamental. A necessidade de proteção das UC e a utilização desses espaços para uso religioso acabam por entrar em conflito, visto que, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e podem exigir do poder público meios de protegê-los (SOBREIRA; MACHADO, 2008).

Segundo Maciel e Gonçalves (2016), a política atual de gestão de UC brasileiras possui cunho conservacionista e neoliberal, o que contribui para segregação de alguns grupos, mas é comercializada como um bem turístico. Do mesmo modo, o Plano de Manejo do PNMNI não se atenta ao uso religioso, apenas ao lazer, turismo e pesquisa. Nesse sentido, aponta um reflexo histórico no Brasil, tendo em vista que a conservação da natureza, por meio de áreas protegidas, foi conduzida por ideais do mundo ocidental, deixando de lado os valores culturais e espirituais de comunidades e seu não envolvimento no processo de criação dessas áreas (FERREIRA *et al.*, 2021).

No tocante às sugestões que se apresentam como potenciais mudanças, considera-se como possibilidade a revisão do plano de manejo do PNMNI, pois este deve considerar as demandas de uso público que variam dependendo da necessidade da UC (FERREIRA *et al.*, 2021). Os relatos de caso evidenciam a busca pelos geossímbolos no parque, entretanto, não é previsto no plano de manejo, dessa forma o uso religioso torna-se desordenado e gera ações ambientalmente impactantes. Quando se trata do uso religioso de UC, torna-se fundamental estratégias que visam o exercício da liberdade religiosa garantida pela Constituição Federal de 1988. Para que isso seja possível, é necessário definir padrões de práticas sustentáveis com o intuito de buscar por soluções ao invés do simples interdito destas práticas.

Além disso, a demarcação de ‘espaços sagrados’ – especialmente destinados às práticas religiosas nos cenários da cidade – pode apresentar-se como uma possibilidade eficaz, visto que podem ser criados como ‘zonas especiais de interesse social’ (Lei 10.257/01, Art. 4). Espaços como esse, de acordo com Corrêa e colaboradores (2013), obtiveram como resultado: diálogo interno à equipe entre religiosos, técnicos e acadêmicos; a abertura do diálogo com os conservacionistas; a constituição do Conselho do Sagrado e da Natureza; realização de mutirão de limpeza.

Ademais, aponta-se, neste trabalho, como fundamental a articulação desses espaços com atividades de Educação Ambiental (Lei nº 9.985/00, Art. 11) para a sensibilização dos religiosos e o uso consciente desses espaços, tendo em vista que os geossímbolos presentes no PNMNI podem ser aliados às atividades de Educação Ambiental. Segundo Murad (2020), na bíblia, em uma perspectiva ecoteológica, existe um olhar para o tema da Aliança de Deus com seu povo e suas implicações sociais e ambientais, redescobrimo as dimensões socioambientais da mensagem dos profetas, especificamente nos Salmos, por exemplo, há uma unidade admirável entre criação, libertação histórica e salvação. Destacamos que a ecoteologia também pode ser uma aliada nas atividades de Educação Ambiental.

Em suma, discutir a questão do uso religioso, tendo como área de estudo o PNMNI, traz a possibilidade de pensar essa problemática de modo amplo no que se refere às UC no Brasil. Destaca-se como fundamental a colaboração mútua entre gestores e grupos religiosos, de modo a conciliar a conservação da biodiversidade sem ferir os direitos desse grupo, além de contribuir para a fiscalização das UC por parte da gestão. Dentro dos limites teóricos, práticos e de alcance deste artigo, compreende-se que a tarefa se apresenta como um desafio a ser enfrentado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. (2000) *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Diário Oficial da União: Brasília.
- BRASIL. (2001) *Lei Nº. 10257/01, de 10 de julho de 2001. Estatuto das Cidades*. Diário Oficial da União: Brasília.
- BÍBLIA SAGRADA. (1969) *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil.
- BONIOLO, R. M. (2018) Como ordenar o que não pode ser ordenado? Criação de regras de uso do Espaço Sagrado da Curva do S (Parque Nacional da Tijuca/Rio de Janeiro). *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 39-58.
- CASTRO, P. F. (2015) *Atlas das unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro*. 2.ed. São Paulo, Metalivros.
- CORREA, A. M. *et al.* (2013) O processo de implantação do espaço sagrado em unidade de conservação: o caso da Curva do S no Parque Nacional da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. In: 14º Encuentro de Geógrafos da America Latina, Lima, Perú. *Anais do XIV Encuentro de Geógrafos da America Latina*. Lima/Perú, v. 14, p. 01-15.
- FERREIRA, A. C. VALLEJO, L. R.; FIGUEIREDO, M. A.; ROCHA, L. C.; PEREIRA, G. (2021) Unidade de Conservação e Religião: uma discussão do uso público em espaços

- sagrados. In: SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; SILVA, J. G. S. (org). *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma: UNESC.
- HABTEC. (2000) *Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro.
- MACIEL, G. G.; GONÇALVES, R. S. (2016) Educação ambiental e mediação de conflitos neopentecostais no Parque Nacional da Tijuca. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 134-149.
- MALTA, R. R. (2016) *A significância religiosa do Parque Nacional da Tijuca: as paisagens valorizadas pelos usuários religiosos de uma unidade de conservação*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MANDARINO, A. S. B. (2013) Conflitos relacionados ao uso religioso em áreas protegidas diante dos princípios constitucionais e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: COSTA, L. M.; CORREA, A. M. *A floresta: educação, cultura e justiça ambiental*. Rio de Janeiro: ED. Garamond.
- MARIANO, R. (1996) Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. *Revista Usp*, São Paulo, n. 31, p. 120-131.
- MELLO, F. A. P. (2008) *Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2005) *Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas.
- MOTA, C. E. M. (2008) Estudos geológicos e gravimétricos do complexo Marapicú–Gericinó – Mendanha (Rio de Janeiro). Dissertação de mestrado. UNIRIO. Rio de Janeiro.
- MURAD, A. (2020) Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 12, n. 3, 2020.
- PACHECO, B. C.; LORETTO, D.; OLIFIERS, N. (2020) Perfil dos visitantes e seus impactos no Parque Estadual da Serra da Tiririca, RJ, Brasil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e1189108076-e1189108076.
- SANTOS, C. C.; MATIOLLI, T. (2011) Os Montes de Oração: etnografia de uma experiência religiosa. *Mneme-Revista de Humanidades*, Natal, v. 12, n. 29.
- SOBREIRA, R. F. F; MACHADO, C. J. S. (2008) Práticas religiosas afro-brasileiras, marco regulatório e uso do meio ambiente e do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Visões*, Macaé, v. 1, n. 1.
- VALLEJO, L. R. (2013) Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Anais do Uso Público em Unidades de Conservação*, v. 1, n. 1, p. 13-26.
- VINGREN, I. (2017) *Diário do pioneiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: CPAD.
- THORLEY, A.; GUNN, C. M. (2007) *Sacred Sites: an overview*. London: The Gaia Foundation.
- WILD, R.; MCLEOD, C. (2008) *Sacred Natural Sites: Guidelines for Protected Areas Managers*. Gland, Switzerland: IUCN.